



**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015
Em milhares de reais**

1 Informações gerais

A Elekeiroz S.A. (“Elekeiroz” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, controlada pela Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e conta com três unidades industriais: duas em Camaçari – BA e uma em Várzea Paulista – SP, onde está sua sede. A Companhia tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive a revenda de tais produtos adquiridos de terceiros, importação e exportação, bem como a participação em outras sociedades.

Os produtos fabricados pela Elekeiroz são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03 de fevereiro de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2016 relevantes para a Companhia.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e que responde pela tomada de decisões estratégicas da Companhia, é a Administração da Companhia, que é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, contas a receber de clientes e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros**2.5.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas), líquidas" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros**(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- . Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- . Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. No caso de instrumento de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou "*impairment*").

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos relacionados com a produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.8 Outros ativos circulante e não circulante

São apresentadas pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

Depósitos judiciais referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas e estão mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

2.9 Ativos intangíveis

(a) Softwares

Inclui o direito de uso de *softwares*, capitalizados com base no custo incorrido e amortizados de acordo com sua vida útil estimada em 5 anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 5 anos.

Em maio de 2014, a Companhia adquiriu da empresa norte americana Coskata Inc., ao valor de R\$ 5.670 a exclusividade de uma nova tecnologia para a produção de alcoóis.

Atualmente a Companhia estuda formas de utilização ou comercialização de tal tecnologia.

2.10 Propriedades para investimentos

A Companhia é proprietária de um imóvel em Arujá-SP. O imóvel não é ocupado pela Companhia. A administração da Companhia optou avaliar a propriedade ao custo, sendo que o saldo está demonstrado ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação, quando aplicável. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, a uma taxa média de 4% ao ano. Na data destas demonstrações o valor contábil deste ativo não excede ao seu valor recuperável estimado com base em laudo de avaliação a valor de mercado. O saldo da propriedade para investimento está apresentado na rubrica de Investimentos (Nota 13).

2.11 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes, como reformas e inspeções periódicas necessárias à operação, são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. Para os equipamentos e instalações utilizados diretamente no processo produtivo é utilizado o método das unidades produzidas levando em consideração a vida útil econômica dos bens.

A vida útil estimada dos bens é revisada anualmente e, se necessário, ajustada. As médias estimadas dos itens do imobilizado por categoria estão demonstradas abaixo:

	Anos
Construções	25
Equipamentos e instalações	5 a 20 (em média 14) (*)
Equipamentos de processamento de dados	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

(*) A depreciação dos equipamentos e instalações industriais é variável em função dos volumes de produção, com as taxas médias entre 5% a 20% ao ano.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

Na data destas demonstrações contábeis a Companhia não possui operações de arrendamento mercantil financeiro.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com bases nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e estão sendo compensados os prejuízos fiscais existentes. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas. A Companhia é beneficiária de redução parcial do imposto de renda sobre os resultados operacionais da sua base produtiva de Camaçari – BA no percentual de 75% até 31 de dezembro de 2015. A provisão para imposto de renda é constituída líquida da parcela relativa a incentivos fiscais, não havendo condições a serem cumpridas que pudessem afetar o reconhecimento deste crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método passivo sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Plano de previdência privada

A Companhia oferece a todos os seus empregados um plano de previdência do tipo contribuição definida e como tal, são pagas contribuições fixas a uma Entidade separada (fundo de pensão), não tendo a Companhia nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. As contribuições são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas e cessam após o término do vínculo empregatício do funcionário com a Companhia. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes, vinculadas também ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início do exercício. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(c) Remuneração com base em ações

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*) aprovado. Até a data destas demonstrações não foram outorgadas opções aos executivos.

(d) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios que envolvem seguro de vida e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

2.18 Capital social

O capital da Companhia é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal. As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

(a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas FOB, a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(c) Receita com dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

(d) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, ou em períodos menores conforme deliberado pelo Conselho de Administração, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que

são aprovados pelo Conselho de Administração e por Assembleia dos Acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1^o de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1^o de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Companhia registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseadas no Orçamento da Companhia, que é revisado e aprovado pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

(b) Créditos de ICMS

A Companhia possui ativos relativos a créditos de ICMS acumulados na sua operação no estado da Bahia. O valor destes créditos está reduzido ao valor esperado do seu efetivo aproveitamento com base em compensações mensais e limitadas do saldo devedor resultante da apuração mensal do ICMS, autorizadas pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Alterações na legislação fiscal que fundamentam as compensações podem resultar em variação no valor justo destes créditos. Com base nas projeções atuais os créditos acumulados apresentam um *impairment* de R\$ 0,00 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 1.053). (Nota 10).

(c) Plano de pensão

A Companhia reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado ao Plano de Contribuição Definida. O valor contabilizado na rubrica Plano de Previdência Privada representa o valor estimado das reduções de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Companhia. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

(d) Provisões para contingências

A Companhia discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para contingências.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de dependência de insumos básicos.

A gestão de risco é realizada pela Gerência Executiva Finanças e TI, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Gerência Executiva Finanças e TI da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos que assessoria o Conselho de Administração é responsável pelas políticas de exposição e tolerância ao risco, bem como pela avaliação de situações particulares, processos de controles internos e estrutura de gerenciamento dos riscos da Companhia.

A gestão de risco dos instrumentos financeiros é conduzida pela Administração e é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de moeda

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. Como parte de sua receita é oriunda de exportações, a Companhia gera ativos em moeda estrangeira em níveis superiores aos passivos também em moeda estrangeira, decorrentes estes de importações de matérias primas e equipamentos necessários às suas operações normais ou de tomadas de financiamento externo em condições que lhe sejam convenientes. De forma a não incorrer ou mitigar ao máximo os riscos de câmbio, o que é uma de suas políticas financeiras básicas, a Companhia utiliza-se do instrumento de adiantamento de contratos de câmbio - ACC, bem como operações de derivativos financeiros, para evitar o descasamento dos ativos e passivos em moeda estrangeira. A exposição líquida e a análise de sensibilidade às variações na taxa de câmbio estão apresentadas na Nota 4.1 (e).

(ii) Operações com derivativos

Em 2015, com a finalidade de se proteger das variações de câmbio, a Companhia contratou uma operação com derivativo referente a contrato de SWAP US\$ x CDI. Os detalhes da operação estão descritos na nota 34.

(iii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas. A análise de sensibilidade exigida está apresentada na Nota 4.1 (e).

(iv) Risco de preço dos produtos e insumos

A Companhia enfrenta concorrência de produtores brasileiros e internacionais e os preços para a maioria dos seus produtos são fixados com base nos mercados internacionais. O acirramento dessa concorrência, bem como os desequilíbrios entre oferta e demanda, pode obrigar a empresa a baixar preços, prejudicando os resultados.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes nacionais e estrangeiros, incluindo as contas a receber de clientes em aberto. O risco de crédito nas contas a receber é administrado por um Comitê Operacional de Crédito, composto pela Gerência Executiva Finanças e TI, Diretoria Comercial e Gerência Executiva Financeira.

As vendas da Companhia apresentam baixa concentração, não havendo clientes representando mais de 11% do faturamento líquido.

A Companhia possui uma política de crédito que estabelece limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de *rating*. Além da diversificação no mercado interno, uma parcela representativa de produtos é destinada ao mercado externo, seguindo o mesmo procedimento de avaliação de risco.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.



**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015
Em milhares de reais**

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera perdas significativas decorrentes de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento dos fluxos de caixa. O excesso de caixa mantido é monitorado pelo Departamento financeiro. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras e em títulos e valores mobiliários, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia possui aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB e recursos em bancos no valor de R\$ 36.423 (R\$ 15.487 em 31 de dezembro de 2014), R\$ 1.182 em fundos de investimentos (R\$ 15.132 em 31 de dezembro de 2014) e em títulos e valores mobiliários de R\$ 112 (R\$ 100 em 31 de dezembro de 2014) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia na data de encerramento destas demonstrações:

Em 31 de dezembro de 2015:

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	59.252	-	-	59.252
Financiamentos	118.949	59.124	17.627	195.700
Outros passivos	12.812	409	-	13.221
Total	191.013	59.533	17.627	268.173

Em 31 de dezembro de 2014:

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	43.530	-	-	43.530
Financiamentos	64.192	49.574	16.892	130.658
Outros passivos	32.090	410	-	32.500
Total	139.812	49.984	16.892	206.688

As projeções contidas no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o próximo ano demonstram a capacidade de geração de caixa e cumprimento das obrigações, caso sejam concretizadas.

(d) Dependência de insumos básicos

Devido à volatilidade dos preços nos mercados internacionais, o aumento do valor de insumos básicos – como propano, ortoxileno, enxofre, gás natural, benzeno, energia elétrica, entre outros – pode influenciar a composição de custos da Companhia, afetando os seus resultados.

(e) Análises de sensibilidades adicional – risco cambial e taxa de juros

Com base nos saldos de ativos e passivos expostos ao câmbio em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou duas simulações com aumentos nas taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%, o cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações. Conforme demonstrado no quadro a seguir, considerada a baixa exposição líquida, variações cambiais dentro dos limites simulados não trariam impactos significativos aos resultados da Companhia.



Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015
Em milhares de reais

RISCO DE VARIAÇÃO CAMBIAL					
Operação	Saldo 31/12/2015	Efeitos no Resultado até o Vencimento			
		Provável	Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)	
ATIVOS FINANCEIROS					
Exportações a Receber	33.018	67	Queda US\$ Aumento US\$	(8.271) 8.271	(16.542) 16.542
SWAP	19.869	501	Queda US\$ Aumento US\$	(5.093) 5.093	(10.185) 10.185
Total de ativos financeiros	52.887				
PASSIVOS FINANCEIROS					
BNDES - Crédito Rotativo	19.652	(4.265)	Queda US\$ Aumento US\$	5.979 (5.979)	11.958 (11.958)
ACC - Desconto Cambial	19.869	(501)	Queda US\$ Aumento US\$	5.093 (5.093)	10.185 (10.185)
Fornecedores Exterior	19.274	(181)	Queda US\$ Aumento US\$	4.864 (4.864)	9.727 (9.727)
Total de passivos financeiros	58.795				
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	(5.908)	(4.379)	Queda US\$ Aumento US\$	2.572 (2.572)	5.143 (5.143)

A Companhia realizou duas simulações nas taxas de juros dos financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e reduções de 25% e 50% cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir.

SENSIBILIDADE DA TAXA DE JUROS			
Operação		Possível	Remoto
		(+/- 25%)	(+/- 50%)
Aplicações financeiras	Queda	(2.217)	(4.373)
	Aumento	2.278	4.619
Financiamentos	Queda	2.042	4.111
	Aumento	(2.017)	(4.008)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA		86	349

4.2 Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.



**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 2015, a Companhia aumentou seu nível de endividamento para 26% do Capital Total. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim sumariados:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
A - Total dos empréstimos e financiamentos (nota 17)	195.700	130.658
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(37.605)	(30.619)
C = (A - B) - Dívida líquida	158.095	100.039
D - Total do patrimônio líquido	455.065	465.116
E = (C + D) - Capital total	613.160	565.155
C / E = Índice de alavancagem financeira	26%	18%

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	31 de dezembro de 2015	Nível 1 31 de dezembro de 2014
Ativos		
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	488
Total do ativo	-	488

4.4 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Tais instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais

5 Instrumentos financeiros por categoria

	31 de dezembro de 2015				
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos mantidos até o vencimento	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Contas a receber de clientes e outros ativos, excluindo pagamentos antecipados				163.992	163.992
Caixa e equivalentes de caixa				37.605	37.605
Investimentos mantidos até o vencimento		112			112
Instrumentos financeiros derivativos			973		973
Total	-	112	973	201.579	202.682

	31 de dezembro de 2015	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	195.700	195.700
Outros passivos	13.221	13.221
Fornecedores	59.252	59.252
Total	268.173	268.173

	31 de dezembro de 2014			
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes e outros ativos, excluindo pagamentos antecipados			152.534	152.534
Caixa e equivalentes de caixa			30.619	30.619
Investimentos mantidos até o vencimento		100		100
Ativos financeiros disponíveis para venda	488			488
Total	488	100	183.153	183.741

	31 de dezembro de 2014	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	130.658	130.658
Outros Passivos	32.500	32.500
Fornecedores	43.530	43.530
Total	206.688	206.688

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros relativa às contas a receber de clientes circulante e não circulante, é avaliada por metodologia interna de classificação dos clientes que considera o tempo de cadastro do cliente, e seu histórico de pagamentos, resultando na classificação dos ativos financeiros em quatro categorias:



**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais

Rating	Tempo de Cadastro	Histórico de Pagamentos
A	Acima de 5 anos	Pontual
B	Acima de 3 anos	Até 1 dia de atraso médio
C	Igual ou menor de 3 anos	Acima de 1 dia de atraso médio
D	-	Inadimplentes

Rating	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
A	39,1%	62,2%
B	7,8%	12,3%
C	48,0%	21,2%
D	5,1%	4,3%

Os depósitos em bancos e aplicações financeiras no montante de R\$ 37.605 (R\$ 30.619 em 31 de dezembro de 2014) estão classificados como baixo risco para curto prazo.

7 Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e ativos financeiros disponíveis para venda

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Recursos em bancos e em caixa	293	205
Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	36.130	15.282
Aplicações financeiras de curto prazo – Fundos de investimento	1.182	15.132
Total	37.605	30.619

As aplicações de curto prazo foram classificadas como mantidas para negociação e são representadas basicamente por Certificado de Depósito Bancários – CDB pós-fixados, junto a instituições financeiras de primeira linha, com rendimento atrelado à taxa CDI. A taxa média das aplicações em 31 de dezembro de 2015 é de 98,33% do CDI (em 31 de dezembro de 2014 – 100,23% do CDI).

(b) Investimentos mantidos até o vencimento

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui saldo de R\$ 112 (R\$ 100 em 31 de dezembro de 2014) referente a aplicações financeiras para as quais a entidade tem a intenção de manter até o vencimento. Essas aplicações financeiras são remuneradas a 100% da variação do CDI.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 30 de outubro de 2015, a Companhia possuía saldo de R\$ 1.424 referente a 59.705 ações da Eletrobrás atualizadas ao seu valor justo. Essas ações foram alienadas no mês de novembro de 2015 ao valor unitário de R\$ 10,75, tendo a Companhia reconhecido um prejuízo na venda das ações de R\$ 782.

8 Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Clientes no País	71.152	87.649
Partes relacionadas	-	491
Clientes no exterior	33.018	30.144
Provisão para <i>impairment</i> nas contas a receber de clientes	(2.080)	(1.702)
Total circulante	102.090	116.582
Clientes no País	22.025	19.197
Ajuste a valor presente (AVP)	(4.536)	(4.426)
Total não circulante	17.489	14.771
Total contas a receber	119.579	131.353



**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para *impairment* de contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A parcela de longo prazo refere-se aos recebíveis de clientes em recuperação judicial e/ou com garantias reais. Os recebíveis de clientes em recuperação judicial foram ajustados ao seu valor justo por meio do valor presente do fluxo de caixa esperado. Até a data destas demonstrações os clientes estão cumprindo suas obrigações no plano de recuperação.

Os valores justos das contas a receber se aproximam dos seus valores contábeis em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e nestes períodos nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais.

A Companhia possui uma Política de Crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos. A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando: informações cadastrais; informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos (status histórico e status instantâneo); informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações; garantias apresentadas e visita de crédito (conforme relevância da operação).

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Contas a receber	<i>Impairment</i>	Contas a receber	<i>Impairment</i>
A vencer	82.769		101.174	
Vencidos até 30 dias	8.666		17.400	(190)
Vencidos de 31 a 60 dias	7.223		867	(45)
Vencidos de 61 a 90 dias	630		451	
Vencidos de 91 a 120 dias	762		486	
Vencidos acima de 120 dias	26.145	(2.080)	17.103	(1.467)
(-) Ajuste a valor presente (AVP)	(4.536)		(4.426)	
Total	121.659	(2.080)	133.055	(1.702)

Em 31 de dezembro de 2015, as contas a receber de clientes vencidos até 60 dias no valor de R\$ 15.889 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 18.032), referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, são prorrogações, atrasos normais e exportações pagas com o fechamento de câmbio não efetuado pela Companhia.

Os títulos vencidos há mais de 61 dias no valor de R\$ 27.537 (31 de dezembro de 2014 R\$ 18.040) com perdas de R\$ 2.080 (31 de dezembro de 2014 R\$ 1.467) referem-se a: **(a)** acordo e renegociação de R\$ 5.112; **(b)** clientes em recuperação judicial que estão cumprindo as condições estabelecidas no plano de recuperação de R\$ 13.005 com ajuste a valor presente de R\$ 4.536; **(c)** clientes com garantia real de R\$ 7.340, sendo o valor das garantias da hipoteca e aval destes recebíveis no valor de R\$ 9.350 e **(d)** clientes com perdas de R\$ 2.080.

As movimentações no *impairment* das contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Saldo Inicial	1.702	1.527
(+) Constituição provisão	1.204	1.988
(-) Realização provisão	(826)	(1.813)
Saldo Final	2.080	1.702

A constituição e a baixa do *impairment* das contas a receber foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas".

As contas a receber de clientes da Companhia são mantidas nas seguintes moedas:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Reais	88.641	102.911
Dólares Americanos	33.018	30.144
	121.659	133.055

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais

9 Estoques

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Produtos acabados	72.103	90.897
Matérias primas, auxiliares e embalagens	92.974	62.740
Almoxarifado geral	12.116	11.393
Provisão para perdas nos estoques (i)	(5.969)	(2.035)
Total	171.224	162.995

(i) A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações contábeis e para aqueles produtos que é esperado prejuízo em sua realização.

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$ 833.138 em 2015 (R\$ 889.259 em 31 de dezembro de 2014).

10 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Impostos a recuperar / compensar		
Contribuição social sobre lucro	618	143
Imposto de renda	1.796	1.144
PIS e COFINS	2.088	1.132
ICMS a compensar sobre aquisições de ativos	2.378	2.270
(-) <i>Impairment</i> sobre Créditos ICMS aquisições de ativos	(377)	(240)
ICMS saldo Credor – SP	545	2.270
ICMS saldo Credor – BA	1.632	18.630
(-) <i>Impairment</i> sobre créditos acumulados ICMS – BA	-	(1.053)
Créditos acumulados de PIS e COFINS aquisição de ativos	22	92
Crédito fiscal relativo ao programa Reintegra	446	1.525
Créditos tributários federais a compensar decorrentes de processos judiciais transitado em julgado (a)	14.183	7.138
Outros	1.343	791
Total	24.674	33.842
Demonstrado como:		
Circulante	23.508	32.849
Não circulante	1.166	993

A Companhia acumulou créditos de ICMS em sua unidade de produção na Bahia em função: (i) das exportações que por lá realiza, (ii) de vendas ao mercado local para empresas beneficiadas com diferimento desse tributo naquele Estado, e (iii) de vendas para fora do Estado com alíquotas interestaduais menores do que as internas que são pagas nas compras de insumos.

Em maio de 2013, o Governo do Estado da Bahia concedeu o diferimento do ICMS incidente nas aquisições internas das principais matérias primas utilizadas pela Companhia acelerando a redução do saldo credor acumulado. Em função desta redução no prazo esperado para o total aproveitamento dos créditos acumulados, foi recalculado o *impairment* destes créditos com base nos fluxos de caixa projetados para as compensações futuras descontados a valor presente.

O quadro a seguir demonstra a redução gradativa destes créditos acumulados:

	Em 31 de dezembro de							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Créditos Acumulados ICMS	82.986	64.102	49.258	45.546	46.598	38.293	18.630	1.632

A Companhia calcula o *impairment* destes créditos com base nos fluxos de caixa projetados para as compensações futuras descontados pela taxa Selic vigente em 31 de dezembro de cada ano.

(a) Em conexão com o trânsito em julgado do processo da Ciquine-BA referente às compensações de PIS com PIS e PIS com COFINS, a Companhia reconheceu créditos de PIS referente aos montantes atualizados conforme decisão do Supremo Tribunal Federal. No exercício em curso foi autorizado pela Receita Federal compensações com impostos devidos, sendo o saldo atual a compensar no valor de R\$ 5.672. No exercício de 2015 a Companhia reconheceu créditos

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais

atualizados no valor de R\$ 8.511 do processo de compensação de PIS com COFINS do estabelecimento de Várzea Paulista após o trânsito em julgado, na rubrica Outras receitas (despesas) líquidas (Nota 24).

11 Tributos diferidos

Para fins de melhor apresentação e, em conformidade com o disposto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, – a Companhia está apresentando os ativos fiscais diferidos líquidos dos passivos fiscais diferidos.

Os valores para compensação futura são os seguintes:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	3.315	4.932
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	49.679	42.207
	52.994	47.139
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses	(6.411)	(7.261)
	(6.411)	(7.261)
Ativo de imposto diferido (líquido)	46.583	39.878

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Em 31 de dezembro de 2015			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Ativos de impostos diferidos				
Prejuízos fiscais e bases negativas	32.801	1.361	(550)	33.612
Provisão para devedores duvidosos	2.083	463	(297)	2.249
Provisão para contingências trabalhistas	3.275	2.971	(474)	5.772
Provisão para contingências fiscais	2.474	3	-	2.477
Provisões diversas	5.332	7.784	(5.647)	7.469
Ajustes RTT:				
Impairment - ICMS	439	906	(369)	976
Baixas de diferido	529	-	(228)	301
Pesquisas e projetos	206	-	(68)	138
Total de ativos de impostos diferidos	47.139	13.488	(7.633)	52.994
Passivos de impostos diferidos				
Provisões diversas	2.801	(418)	-	2.383
Ajustes RTT:				
Superávit contribuições plano de previdência	4.460	482	(914)	4.028
Total de passivos de impostos diferidos	7.261	64	(914)	6.411

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais

	Em 31 de dezembro de 2014			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Ativos de impostos diferidos				
Prejuízos fiscais e bases negativas	20.807	11.994	-	32.801
Provisão para devedores duvidosos	765	2.503	(1.185)	2.083
Provisão para contingências trabalhistas	4.638	607	(1.970)	3.275
Provisão para contingências fiscais	2.794	57	(377)	2.474
Provisões diversas	4.052	4.583	(3.303)	5.332
Ajustes RTT:				
<i>Impairment</i> - ICMS	1.244	53	(858)	439
Baixas de diferido	757	-	(228)	529
Pesquisas e projetos	274	-	(68)	206
Total de ativos de impostos diferidos	35.331	19.797	(7.989)	47.139
Passivos de impostos diferidos				
Provisões diversas	4.817	200	(2.216)	2.801
Ajustes RTT:				
Superávit contribuições plano de previdência	4.039	929	(508)	4.460
Total de passivos de impostos diferidos	8.856	1.129	(2.724)	7.261

Considerando o histórico e rentabilidade da Companhia e com base nas projeções de resultados para os próximos exercícios, a expectativa de realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal do IRPJ e a base negativa da CSLL; e a compensação das diferenças temporárias está demonstrada abaixo:

	31 de dezembro de 2015
2016	3.315
2017	4.524
2018	5.474
2019	5.662
2020	6.162
2021	5.364
2022 em diante	22.493
Total	52.994

12 Outros ativos

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Depósitos judiciais e vinculados	9.308	6.038
Participação no fundo previdencial – Plano CD	11.847	13.117
Venda de ativo imobilizado (1)	18.005	-
Outros ativos	5.253	2.026
Total	44.413	21.181
Demonstrado como:		
Circulante	8.865	2.026
Não circulante	35.548	19.155

(1) Em agosto de 2015 a Companhia alienou imóvel de sua propriedade localizado no município de Várzea Paulista, por R\$ 23.500 com prazo de recebimento em 64 parcelas corrigidos pelo IGPM + 2% a.a., com parcela já recebida de R\$ 3.000. Conforme orientado pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente – a Companhia calculou o ajuste a valor presente (AVP) do contas a receber descontando as parcelas pela CDI no valor de R\$ 2.495 e reconhecendo o AVP no contas a receber de clientes parcelas em curto e longo prazos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais

13 Investimentos

	Participação	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Cetrel S.A.	3%		
Valor do investimento a custo		5.466	5.466
Propriedades para investimento (1)			
Valor do terreno e das instalações, líquido de depreciação		1.479	1.487
Outros investimentos		2	2
Total outros investimentos		6.947	6.955
Total investimentos		6.947	6.955

(1) O valor justo das propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2015, com base em laudos de especialistas, é de R\$ 36.476.

Os demais investimentos não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição, e deduzidos de *impairment* quando aplicável.

14 Imobilizado

Resumo do imobilizado:

	Equipamentos		Equip. de processamento			Imobilizado	Total	
	Terrenos	Construções	e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	de dados e outros	em curso	
Saldo Inicial em 31/12/2013								
Custo	11.088	55.761	498.540	4.188	3.348	3.459	29.984	606.368
Depreciação acumulada	-	(39.424)	(296.566)	(2.645)	(2.000)	(2.598)	-	(343.233)
Saldo contábil líquido	11.088	16.337	201.974	1.543	1.348	861	29.984	263.135
Em 31/12/2014								
Saldo inicial	11.088	16.337	201.974	1.543	1.348	861	29.984	263.135
Aquisições	-	-	2.094	133	31	461	51.691	54.410
Baixas custo	-	-	(2.937)	(30)	(185)	(400)	(1.131)	(4.683)
Baixas deprec acumulada	-	-	2.573	20	123	389	-	3.105
Depreciações	-	(2.248)	(37.521)	(301)	(417)	(341)	-	(40.828)
Transferências	-	1.439	12.220	203	-	(29)	(24.799)	(10.966)
Saldo contábil líquido	11.088	15.528	178.403	1.568	900	941	55.745	264.173
Saldo em 31/12/2014								
Custo	11.088	57.200	509.897	4.500	3.167	3.495	55.745	645.092
Depreciação acumulada	-	(41.672)	(331.494)	(2.932)	(2.267)	(2.554)	-	(380.919)
Saldo contábil líquido	11.088	15.528	178.403	1.568	900	941	55.745	264.173
Em 31/12/2015								
Saldo inicial	11.088	15.528	178.403	1.568	900	941	55.745	264.173
Aquisições	-	-	625	252	793	110	81.065	82.845
Baixas custo	(1.269)	(499)	(2.442)	(140)	(408)	(17)	(72)	(4.847)
Baixas deprec acumulada	-	367	2.296	121	332	13	-	3.129
Depreciações	-	(1.963)	(41.631)	(296)	(364)	(349)	-	(44.603)
Transferências	-	582	100.951	42	-	(4)	(102.130)	(559)
Saldo contábil líquido	9.819	14.015	238.202	1.547	1.253	694	34.608	300.138
Saldo em 31/12/2015								
Custo	9.819	57.302	608.912	4.718	3.553	3.589	34.608	722.501
Depreciação acumulada	-	(43.287)	(370.710)	(3.171)	(2.300)	(2.895)	-	(422.363)
Saldo contábil líquido	9.819	14.015	238.202	1.547	1.253	694	34.608	300.138

O montante de R\$ 44.603 (R\$ 40.828 em 31 de dezembro de 2014) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos vendidos", R\$ 43.042 (R\$ 38.602 em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 1.561 (R\$ 2.226 em 31 de dezembro de 2014) em "Despesas gerais e administrativas".

O montante de R\$ 10.966 na linha de transferência em 31 de dezembro de 2014 são as transferências do imobilizado em curso para o intangível, sendo R\$ 5.296 de investimento realizado no novo sistema corporativo (ERP) da empresa para a

conta de software direito de uso e R\$ 5.670 de aquisição da exclusividade de uma nova tecnologia para a produção de alcoóis, adquirida da empresa norte americana Coskata Inc., para a conta marcas e patentes.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía bens do imobilizado, basicamente terrenos, dados como garantia em defesa de processos judiciais no montante de R\$ 1.190.

15 Intangível
Resumo do intangível:

	Software direito de uso	Marcas e patentes	Total
Saldo Inicial em 31/12/2013			
Custo	2.950	-	2.950
Amortização acumulada	(2.549)	-	(2.549)
Saldo contábil líquido	401	-	401
Em 31/12/2014			
Saldo inicial	401	-	401
Aquisições	110	-	110
Baixas custo	(136)	-	(136)
Baixas amortização acumulada	101	-	101
Amortização	(773)	-	(773)
Transferências	5.296	5.670	10.966
Saldo contábil líquido	4.999	5.670	10.669
Saldo em 31/12/2014			
Custo	8.220	5.670	13.890
Amortização acumulada	(3.221)	-	(3.221)
Saldo contábil líquido	4.999	5.670	10.669
Em 31/12/2015			
Saldo inicial	4.999	5.670	10.669
Aquisições	105	-	105
Baixas custo	(7)	-	(7)
Baixas amortização acumulada	7	-	7
Amortização	(1.320)	(1.038)	(2.358)
Transferências	559	-	559
Saldo contábil líquido	4.343	4.632	8.975
Saldo em 31/12/2015			
Custo	8.877	5.670	14.547
Amortização acumulada	(4.534)	(1.038)	(5.572)
Saldo contábil líquido	4.343	4.632	8.975

Os valores na linha de transferência em 31 de dezembro de 2014 são: R\$ 5.296 de investimento realizado no novo sistema corporativo (ERP) da empresa e R\$ 5.670 de aquisição da exclusividade de uma nova tecnologia para a produção de álcoois, adquirida da empresa norte americana Coskata Inc., transferidos da conta de imobilizado em curso.

16 Fornecedores, obrigações com pessoal e outros passivos

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Contas a pagar aos fornecedores	59.252	43.530
Obrigações com pessoal	13.063	12.658
Outros passivos	13.221	32.500
	85.536	88.688
Circulante	85.127	88.278
Não circulante	409	410

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais

17 Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos, referentes a investimentos em ampliação e modernização das instalações e capital de giro, têm as seguintes características:

Modalidade	Encargos - %	Garantias	Amortização	Término	Circulante	31/12/2015		31/12/2014	
						Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32 aa.	Aval - Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/02/2021	22.287	46.423	14.005	40.407	
BNDES	IPCA + 1,96 a 2,26 aa.	Aval - Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/04/2021	325	6.404	1	1.209	
BNDES	3,00 a 6,00 aa.	Aval - Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/02/2021	1.411	2.765	979	3.974	
CESSÃO DE CRÉDITO VENDOR	16,06 aa.				22.917	-	33.170	-	
FINEP	3,50 aa.	Aval - Itaúsa	Mensal	26/02/2016	2.337		1.487		
NCE - SAFRA	CDI + 2,672179 a 2,918322 aa.		Final	27/06/2016	25.202	-	-	-	
NCE - BRASIL	CDI + 1,32 aa.		Trimestral	23/11/2016	15.166	-	-	-	
TOTAL MOEDA NACIONAL					91.710	64.469	51.197	56.516	
BNDES	VARIAÇÃO CAMBIAL + 2,03 a 2,16 aa.	Aval - Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/10/2020	7.370	12.282	3.657	9.950	
ACC - DESCONTO CAMBIAL	1,52 aa.			28/10/2015	-	-	9.338	-	
PRÉ PAGTO. EXP.	CDI + 5,22 aa.		Semestral	25/08/2016	19.869	-	-	-	
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					27.239	12.282	12.995	9.950	
TOTAL					118.949	76.751	64.192	66.466	

Os avais garantidores dos financiamentos da Companhia foram concedidos pela acionista Itaúsa S.A. no montante de R\$ 110.209 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 86.663 em 31 de dezembro de 2014).

Os financiamentos classificados no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
2016	-	24.457
2017	23.727	14.780
2018	18.870	10.337
2019 em diante	34.154	16.892
Total	76.751	66.466

Para financiar a continuidade futura dos programas de modernização, racionalização e automação para o aumento da produtividade e redução dos custos operacionais, a Companhia possui junto ao BNDES linha de crédito de longo prazo no valor de R\$ 123.741 com validade até junho de 2017. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 99.267 (R\$ 74.182 em 31 de dezembro de 2014).

Em dezembro de 2015 a Companhia contratou um empréstimo de R\$ 27.949 junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, a ser provido com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com a finalidade específica de financiar a modernização da fábrica de gases situada no polo petroquímico de Camaçari. O montante do empréstimo será liberado em parcela única, ou em parcelas, após a comprovação física e financeira da integral aplicação dos recursos na forma prevista no projeto de modernização da Planta de Gases, estimada para o primeiro trimestre de 2016.

O montante principal do empréstimo será pago em 36 (trinta e seis) prestações, com carência inicial de dois anos, sendo o primeiro pagamento a ser efetuado em janeiro de 2018. O empréstimo prevê juros a taxa efetiva de 11,18% a.a. com um bônus de adimplência de 15% sobre a taxa efetiva, no caso de pagamentos até os respectivos vencimentos, que serão realizados a cada trimestre, no período de carência e após esse período, mensalmente juntamente com o pagamento das prestações do montante principal da dívida.

Para financiar os gastos com pesquisas e inovação tecnológica, em abril de 2013, a Companhia contratou junto à FINEP - Financiador de Estudos e Projetos - financiamento no valor de R\$ 22.696, tendo sido liberado até 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 12.462.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais

Os valores dos financiamentos estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam dos seus valores justos.

Acordo e restrições contratuais (“Covenants”)

A Companhia no curso normal de seus negócios obtém empréstimos com instituições financeiras e firma acordos comerciais com demais entidades os quais são formalizados contratualmente com suas respectivas definições de cláusulas de atendimento, restrições e/ou garantias (“covenants”). De forma geral, as restrições às quais a Companhia está sujeita tratam, sobretudo, quanto ao contrato de financiamentos e empréstimos junto ao BNDES, da adequada destinação dos recursos provenientes do banco a serem aplicados em: i) ampliação da capacidade de produção; ii) modernização de unidades; iii) meio ambiente; iv) aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e; v) instalações de linhas de produção. Excepcionalmente no exercício de 2014, face aos resultados negativos do exercício, a Companhia descumpru um dos indicadores medido por Dívida Líquida / EBITDA. O descumprimento deste *covenant* não implica em alteração nas condições e prazos da dívida. A instituição financeira autorizou a dispensa temporária do cumprimento do índice Dívida Líquida / EBITDA.

Em 2015 a Companhia cumpriu os indicadores solicitados no contrato, inclusive o indicador medido por Dívida Líquida/EBITDA.

18 Dividendos

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Dividendos e juros sobre capital próprio	83	83
Total	83	83

19 Impostos e contribuições a pagar

A Companhia mantém provisionados no passivo não circulante, como impostos a pagar, o valor dos tributos não recolhidos em função de medidas judiciais onde há possibilidade de perda nas ações judiciais, devidamente atualizados monetariamente e seus respectivos depósitos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
COFINS - (i)	24.336	23.167
Total antes da compensação dos depósitos judiciais	24.336	23.167
Depósitos judiciais	(24.336)	(23.167)
Total após a compensação dos depósitos judiciais	-	-

O imposto e contribuição não recolhido envolve a majoração de alíquota de 1% da Cofins.

- (i) **COFINS** - Em decorrência de medidas judiciais questionando a legalidade da cobrança do diferencial de alíquota de 1% da COFINS, a Companhia depositou judicialmente até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 24.336 (R\$ 23.167 em 31 de dezembro de 2014) relativo à majoração da alíquota da COFINS, montante este integralmente provisionado no passivo não circulante.

20 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

(a) Provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis são suficientes para cobrir eventuais perdas classificadas em um primeiro momento como prováveis. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores jurídicos, que as provisões são suficientes para cobrir as perdas prováveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão impactos significativos na posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2015, conforme apresentado a seguir:



**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 1º de janeiro de 2015	150	9.630	6.422	16.202
Atualização monetária	10	1.070	375	1.455
Constituição	-	7.668	746	8.414
Reversão	-	(1.318)	(907)	(2.225)
Pagamentos	-	(76)	(416)	(492)
Em 31 de dezembro de 2015	160	16.974	6.220	23.354

(i) Tributárias

As ações tributárias com perda provável referem-se à transferência de crédito acumulado de ICMS anuladas pela fazenda e diversos processos.

(ii) Trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial. Em todos os casos onde a probabilidade de perda é provável segundo as opiniões dos advogados responsáveis pelos processos as provisões estão integralmente registradas no balanço.

Os processos trabalhistas referem-se principalmente a questões relativas a pedidos de responsabilidade subsidiária, doença ocupacional, equiparação salarial e horas extras. Na data destas demonstrações 99 processos, no valor total de R\$ 16.974 estão classificados como perda provável, sendo que individualmente seus valores não representam risco expressivo para as operações da Companhia.

Os processos cíveis referem-se principalmente a demandas decorrentes de acidentes do trabalho, questões ambientais e comerciais.

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia está envolvida em outros processos de natureza tributária, trabalhista e cível, cujo valor totaliza R\$ 74.367 que por apresentarem probabilidade de perda possível, na opinião de seus assessores jurídicos, não tem provisão constituída, conforme quadro abaixo:

	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2015	45.553	24.961	3.853	74.367

(i) Tributárias

Os passivos tributários referem-se a 75 processos no valor de R\$ 45.553, são constituídos por autos de infração principalmente relacionados aos seguintes temas: (i) compensação de crédito presumido de IPI no montante de R\$ 6.712; (ii) PIS e COFINS sobre receitas financeiras no montante de R\$ 5.126; (iii) créditos de ICMS sobre aquisições de matérias primas originadas na Zona Franca de Manaus no montante de R\$ 2.197; (iv) contribuição previdenciária de R\$ 2.829; (v) irregularidade na escrituração fiscal do ICMS Bahia de R\$ 8.410 e (vi) demais processos no montante de R\$ 20.279.

(ii) Trabalhistas e cíveis

Os passivos trabalhistas e cíveis referem-se a 122 processos no valor de R\$ 28.814, sendo os principais objetos: danos morais, horas extras e subsidiariedade em relação a terceiros. Os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

(c) Ativos contingentes

A Companhia está discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber. Estes processos são classificados, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, segundo suas possibilidades de ganho como provável, possível ou remoto. Como se trata de ativos contingentes, os valores a seguir não estão registrados nas demonstrações contábeis.

O quadro a seguir apresenta os principais processos ativos da Companhia considerados como sendo de expectativa de ganho provável:



**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Tributário		
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988 ⁽¹⁾	17.789	17.136
Outros tributários de valor inferior a R\$ 10 milhões	8.644	8.450
Total tributário	26.433	25.586
Cível		
Cobrança/execução de títulos extrajudicial	12.782	11.214
Outros cíveis de valor inferior a R\$ 10 milhões	2.607	5.553
Total cível	15.389	16.767

(1) A Companhia compensou créditos decorrentes de ação judicial questionando a constitucionalidade dos Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988. Partes dessas compensações não foram permitidas pelo Fisco e foram liquidadas por meio do Refis de 2009 sem parcelamento. Com a publicação da Inconstitucionalidade desses Decretos-Lei pelo Supremo Tribunal Federal a Companhia entende que tem direito a este crédito e aguarda a decisão final deste processo.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 322.000 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 321.000), dividido em 31.485.170 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 14.518.150 ordinárias e 16.967.020 preferenciais sem direito a voto (31 de dezembro de 2014 - 31.485.170 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 14.518.150 ordinárias e 16.967.020 preferenciais sem direito a voto).

(b) Características das ações

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm as seguintes características:

- (i) Prioridade, em relação às ações ordinárias, no recebimento do dividendo obrigatório;
- (ii) Dividendo, por ação preferencial, nunca inferior ao que for atribuído a cada ação ordinária;
- (iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e lucros;
- (iv) Prioridade, em relação às ações ordinárias, no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia;
- (v) Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a que lhes assegure preço unitário igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle;
- (vi) Dividendo prioritário mínimo, anual e não cumulativo, de R\$ 2,00 por mil ações, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 18.811 (R\$ 18.811 em 31 de dezembro de 2014).

(d) Reserva especial

Constituída com o saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos e têm as seguintes finalidades: a) exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas; b) futuras incorporações desses recursos ao capital social; c) pagamento de dividendos intermediários distribuíveis por deliberação do Conselho de Administração, “ad referendum” da Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 92.618 (R\$ 104.338 em 31 de dezembro de 2014).

(e) Reserva incentivo fiscal

Constituída com os créditos decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda contabilizados no resultado do exercício que posteriormente são transferidos para a reserva de incentivo fiscal e excluídos da apuração da base de cálculo do dividendo, pois na forma da legislação fiscal vigente não podem ser distribuídos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 13.310 (R\$ 13.577 em 31 de dezembro de 2014).

(f) Dividendos propostos

Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, importância equivalente a 25% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras “a” e “b” do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais

22 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida está demonstrada no quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Receita bruta de vendas	1.130.304	1.171.725
Mercado interno	1.039.557	1.052.564
Mercado externo	90.747	119.161
Impostos sobre vendas e devoluções (IPI, ICMS, PIS, COFINS)	(236.015)	(236.745)
Receita líquida de vendas	894.289	934.980

23 Despesas por natureza

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Matérias-primas e materiais de consumo	696.550	764.729
Remuneração, encargos e benefícios a empregados	105.238	97.111
Despesas variáveis de vendas	36.930	46.410
Depreciação e amortização	46.961	41.644
Créditos PIS e COFINS sobre depreciação	(2.569)	(2.239)
Despesas com manutenção	12.431	17.794
Serviços prestados por terceiros	17.521	13.769
Outras despesas	25.926	16.889
Total	938.988	996.107
Custo dos produtos vendidos	833.138	889.259
Despesas com vendas	36.930	46.410
Despesas gerais e administrativas	68.920	60.438
Total	938.988	996.107

24 Outras receitas e (despesas) líquidas

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Reversões (provisões) tributárias líquidas	(10)	457
Reversões (provisões) trabalhistas líquidas	(7.427)	(469)
Provisões cíveis e ambientais líquidas	2.563	(14.825)
Provisões para perdas nos estoques	(3.934)	404
Projetos e pesquisas	(1.155)	(5.216)
Varição fundo previdencial da Fundação Itaúsa Industrial	(1.270)	1.239
Créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de matérias primas (1)	26.925	36.396
Homologação de créditos tributários	8.429	-
Alienação de ativo imobilizado (líquido)	18.691	-
Outras despesas	(2.657)	(4.432)
Total outras receitas (despesas) líquidas	40.155	13.554

(1) Referente a Lei 12.859 de 10 de setembro de 2013, que concedeu incentivos tributários à indústria química, por meio de crédito presumido e da redução das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS sobre aquisições de matérias-primas.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais

25 Receitas e (despesas) financeiras

O resultado financeiro é constituído das seguintes despesas e receitas financeiras:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	3.173	4.239
Variação cambial ativa	14.165	7.910
Juros e descontos obtidos	1.863	2.723
Reversão do ajuste a valor presente	1.560	2.517
Outras	1.651	1.091
Total receitas financeiras	22.412	18.480
Despesas financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(16.126)	(6.894)
Variação cambial passiva	(17.300)	(8.098)
Outras	(2.126)	(2.014)
Total despesas financeiras	(35.552)	(17.006)
Resultado financeiro líquido	(13.140)	1.474

Os montantes acima estão demonstrados na rubrica de receitas (despesas) financeiras da demonstração do resultado do exercício.

26 Ganhos (perdas) cambiais líquidos

As diferenças cambiais (debitadas) creditadas à demonstração do resultado são as seguintes:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ganho com variação cambial	14.165	7.910
Perda com variação cambial	(17.300)	(8.098)
	(3.135)	(188)

Os montantes acima estão demonstrados na rubrica de receitas (despesas) financeiras na demonstração do resultado do exercício.

27 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social.

Composição da despesa de IRPJ e CSLL	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.684)	(46.099)
Imposto de renda e contribuição social alíquota de 34%	6.013	15.674
Adições e exclusões permanentes	684	(3.881)
Incentivos fiscais	-	267
Outros	-	1.697
Total	6.697	13.757
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.697	13.757

28 Informações por segmento de negócios

A Administração, adotando os princípios apresentados pelo pronunciamento que trata das Informações por Segmento, definiu os segmentos operacionais reportáveis da Companhia com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Administração, a qual é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas. Assim, estes foram segmentados em dois grandes grupos de produtos: Orgânicos e Inorgânicos, que apresentam características distintas em relação aos seus mercados.

Produtos orgânicos – incluem os Oxo-alcoóis, Anidridos Ftálico e Maleico, Plastificantes, Resinas de Poliéster Insaturado, Formol, Concentrado Uréia-formol e Ácido Fumárico.

Produtos inorgânicos - incluem o Ácido Sulfúrico e algumas atividades de revenda.



Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015
Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2015

	Produtos orgânicos	Produtos inorgânicos	Corporação	Total Companhia
Receita líquida	765.330	128.959	-	894.289
(-) CPV	(761.595)	(71.543)	-	(833.138)
Lucro bruto	3.735	57.416	-	61.151
Despesas com vendas	(27.346)	(9.584)	-	(36.930)
Despesas administrativas e outras	-	-	(28.765)	(28.765)
Resultado financeiro	-	-	(13.140)	(13.140)
Impostos sobre o Lucro	-	-	6.697	6.697
Lucro (prejuízo) líquido	(23.611)	47.832	(35.208)	(10.987)
Imobilizado líquido	238.832	22.407	38.899	300.138

Em 31 de dezembro de 2014

	Produtos orgânicos	Produtos inorgânicos	Corporação	Total Companhia
Receita líquida	856.228	78.752	-	934.980
(-) CPV	(831.324)	(57.935)	-	(889.259)
Lucro bruto	24.904	20.817	-	45.721
Despesas com vendas	(38.101)	(8.309)	-	(46.410)
Despesas administrativas e outras	-	-	(46.884)	(46.884)
Resultado financeiro	-	-	1.474	1.474
Impostos sobre o Lucro	-	-	13.757	13.757
Lucro (prejuízo) líquido	(13.197)	12.508	(31.653)	(32.342)
Imobilizado líquido	214.169	12.026	37.978	264.173

A Companhia optou por não apresentar o lucro, ativos e passivos separadamente para cada um dos segmentos operacionais em que atua, visto que os mesmos compartilham a estrutura de custos indiretos, despesas administrativas e de vendas.

29 **Resultado por ação – básico e diluído**

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	(10.987)	(32.342)
Média ponderada de ações em circulação (milhares)	31.485	31.485
Prejuízo líquido por ação em (R\$) – básico e diluído	(0,35)	(1,03)

Nos exercícios apresentados não havia instrumentos conversíveis ou outras obrigações com potencial de diluição da quantidade de ações em circulação.

30 **Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, importância equivalente a 25% do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras “a” e “b” do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

A empresa apresentou prejuízo nos exercícios de 2014 e 2015, portanto, não ocorreu apuração de dividendos nos últimos anos.

31 **Saldos e transações com partes relacionadas**

(a) **Vendas e compras de produtos e serviços, dividendos e aplicações financeiras**

As transações com empresas pertencentes à controladora Itaúsa referem-se a compras e vendas de produtos e serviços e aluguel imobiliário, sendo realizadas a preços, prazos e condições usuais de mercado.



**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015**
Em milhares de reais

Empresa	Ref	Natureza da Operação	31/12/2015			31/12/2014		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Itaú Seguros	a	Prestação de serviço	-	-	(1.562)	-	-	(1.607)
Itaú Unibanco	b	Aplicação financeira	8.498	-	605	13.411	-	1.578
Itaú Corretora de Valores	c	Prestação de serviço	-	-	(25)	-	-	(39)
Itaúsa Empreendimentos	d	Prestação serviço e dividendos/JCP	-	-	(249)	-	-	(244)
Itautec	e	Aquisição de hardware/software	-	-	(30)	-	-	(134)
Duratex	f	Venda de produtos	-	-	991	491	-	7.316
Itaúsa	g	Dividendos/JCP/aluguel	-	-	(255)	-	-	(211)

As aplicações financeiras no Banco Itaú S.A. são efetuadas nas condições normais do mercado financeiro dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Companhia. Os rendimentos das aplicações financeiras estão reconhecidos no resultado.

- a) Itaú Seguros S.A. – contratação de apólices de seguros.
- b) Itaú Unibanco S.A. – caixa e equivalentes de caixa.
- c) Itaú Corretora de Valores S.A. – prestação de serviços de custódia de ações.
- d) Itaúsa Empreendimentos S.A. – prestação de serviços de análise econômica e financeira; pagamento de dividendos.
- e) Itautec S.A. – aquisição de hardware, software e serviços.
- f) Duratex S.A. – prestação de serviços e compra de produtos acabados.
- g) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. – pagamento de dividendos e aluguel imobiliário.

Os avais garantidores dos financiamentos da Companhia foram concedidos pela acionista Itaúsa Investimentos Itaú S.A. no montante de R\$ 110.209 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 86.663 em 31 de dezembro de 2014), conforme mencionado na Nota 17.

(b) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros eleitos em Assembleia Geral Ordinária e os diretores estatutários. A remuneração dos administradores é composta por honorários fixos, participações nos resultados e benefícios. Os montantes incorridos estão integralmente registrados no resultado do exercício nos montantes abaixo detalhados:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Diretoria	4.495	4.330
- Honorários	3.214	3.181
- Encargos sociais (INSS e FGTS)	867	753
- Benefícios de curto prazo	237	122
- Benefícios pós-emprego	177	274
Conselho de Administração	1.813	2.154
- Honorários	1.439	1.719
- Encargos sociais (INSS)	288	344
- Benefícios pós-emprego	86	91

32 Benefícios a empregados

(a) Plano de outorga de opções

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações contábeis o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

(b) Plano de contribuição definida - previdência privada

A Elekeiroz S.A. oferece a todos os seus colaboradores a participação em um plano de previdência do tipo contribuição definida (Plano PAI-CD). O plano é administrado pela Fundação Itaúsa Industrial, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos da qual a Companhia é uma das patrocinadoras. Pela natureza do plano, não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes do mesmo. O regulamento vigente prevê a participação dos funcionários do percentual entre 1% a 10% do salário, sendo que a patrocinadora contribui com 100% do montante aportado pelos funcionários, tendo resultado em contribuições de R\$ 1.823 até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 2.574 em 31 de dezembro de 2014).



**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2015
Em milhares de reais**

O Plano PAI-CD apresenta um fundo previdencial, constituído pelas contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada. Segundo o regulamento do plano, este fundo vem sendo utilizado para compensar as contribuições das patrocinadoras, desta forma a Companhia reconheceu no seu balanço um ativo relativo a estes créditos (despesa antecipada – fundo previdencial) considerando a redução de pagamentos futuros que ocorrerá em função das compensações com este fundo. Tal ativo foi mensurado através do cálculo do valor presente das contribuições futuras a serem realizadas pela Companhia considerando os funcionários inscritos no plano na data de encerramento destas demonstrações, no montante de R\$ 11.847 (R\$ 13.117 em 31 de dezembro de 2014).

33 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros e riscos diversos para os bens do imobilizado é de R\$ 722.839 (R\$ 699.200 em 31 de dezembro de 2014).

34 Instrumentos financeiros derivativos

Nas operações com derivativos não existem liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui o seguinte contrato:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI

A Companhia possui um contrato desta modalidade, cujo valor notional é de US\$ 5.000 com vencimento em 29/02/2016 e 25/08/2016, com posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.

A Companhia contratou esta operação com o objetivo de se proteger das constantes oscilações da taxa do dólar, lastreando um contrato de pré-pagamento de exportação (PPE) em moeda estrangeira à variação da CDI. O valor a receber do contrato de SWAP está registrado no ativo circulante como ativo financeiro ao valor justo.

Contrato de Swap			
Valor notional	Posição ativa	Posição passiva	Valor a Receber/recebido
17.895	19.869	18.896	973